

A existência da Colônia do Sacramento, fundada em 1680 como bastião de uma expansão dos domínios portugueses em direção ao extremo meridional do continente americano, estabeleceu um espaço de fronteira na Banda Oriental, atual Uruguai, que visava reproduzir os limites entre as Coroas ibéricas. O interesse lusitano estava voltado para uma permanência duradoura naquele local, onde se relacionavam portugueses, castelhanos, indígenas e jesuítas. No período entre 1716 e 1753, a Colônia do Sacramento passou pelo auge de seu desenvolvimento e crescimento populacional, progresso abalado por um sítio castelhano de dois anos (1735-1737), ao final do qual os habitantes da cidade perceberam que o domínio português sobre aquele local não era indestrutível, de forma que ao final da década de 1740 já se começava a negociar a entrega oficial da Colônia à Coroa espanhola, no processo diplomático que terminou por definir o Tratado de Madri. Dentro da estrutura administrativa instalada pela Coroa na Colônia do Sacramento, o cargo de Governador detinha a maior parte da autoridade local, não obstante o caráter marcadamente militar daquela ocupação quando do seu início e a importância da patente de capitão-mor. Isso se explicava como maneira de fazer frente à autoridade do Governador das Províncias do Rio da Prata, residente em Buenos Aires, centro urbano com o qual as comunicações diplomáticas foram constantes, desde a data da fundação da Colônia até 1777. Antonio Pedro de Vasconcelos exerceu a função de Governador entre 1722 e 1749, justamente no período em que houve o maior crescimento da Colônia e a ameaça grave do cerco. Este trabalho tem como objetivo analisar a defesa da Colônia de Sacramento durante o período crítico do sítio castelhano de 1735-1737. Isso será feito, a princípio, com base em documentação relacionada a esse momento da história da Colônia, disponível no Arquivo Histórico Ultramarino.